

# Subsídios para a incorporação interseccional na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez

Thamires Costa Meirelles dos Santos  
Patrícia Silveira de Farias

## Introdução

*“Existe uma história do povo negro sem o Brasil. Mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro.”*

(Januário Garcia)<sup>1</sup>

A população negra brasileira foi historicamente submetida aos processos de invisibilidade, apagamento histórico e racismo sistêmico. Mediante a denúncia aos mecanismos de opressão colonial (reatualizados na dinâmica do capitalismo dependente do país e endossados pelo Estado moderno), a elaboração de estratégias de enfrentamento e o combate à desigualdade racial se configuraram como um compromisso político assumido pelos Movimentos Negros pós-abolição, ganhando sua tônica e conformando-se de forma particular a partir do pano de fundo conjuntural-histórico vivenciado por cada geração até o período atual.

Além do engajamento desses sujeitos no interior das organizações populares, espaços culturais de massa, movimentos sociais e político-partidários ao longo do século passado, as contribuições teóricas dos intelectuais no momento de revisão crítica da historiografia sobre as questões de “raça” e “racismo” no cenário nacional (1951-1952) foram fundamentais para possibilitar o surgimento de outros (as) pensadores negros (as) na cena intelectual e política e para construir uma contra narrativa em termos de “História Oficial”. Como observou Luiza Bairros (1999), os porta-vozes do Movimento Negro contemporâneo desenvolveram “contribuições intelectuais inestimáveis para a consolidação do nosso pensamento e atuação política”.

Apesar dessa observação verídica, o pensamento social-político no Brasil ganhou legitimidade a partir da invisibilidade negra e indígena, seja tratando-os como objetos de estudos ou desconsiderando-os como sujeitos históricos, possuidores de intelectualidades, potencialidades e contribuições significativas para pensar a situação social, política, econômica e cultural do país de forma abrangente e múltipla. Quando se trata da presença das mulheres negras nesse campo, a invisibilidade racial se imbrica à desigualdade de gênero, tornando os processos de reconhecimento social, político e intelectual duplamente violentos e excludentes, o que resulta em um protagonismo histórico hegemonicamente masculino, branco e cis-heteronormativo.

Para Collins (2016) o pensamento das mulheres negras inseridas no contexto acadêmico se desenvolve às margens tendo em vista que a relevância e o prestígio científico

---

<sup>1</sup> O fotógrafo e ativista Januário Garcia foi um dos importantes impulsionadores da reinterpretação da História Oficial brasileira a partir da imagem. Sua participação ativa e fundamental no Movimento Negro consolidou seu compromisso com as lutas negras pelo direito à História, além disso, Januário Garcia era amigo pessoal e companheiro de militância de Lélia Gonzalez. O fotógrafo que interligou o registro de imagens a uma crítica ao Brasil contemporâneo documentando a história recente do país, faleceu em 2021, vítima da Covid-19.

estão associados às produções de pessoas brancas, o que confere ao primeiro grupo o status de “*outsider within*” ou, em outros termos, “estrangeiras intelectuais”. Apesar disso, ao identificarem sua própria condição como intelectuais inseridas em estruturas de poder racializadas e generificadas também puderam criar estratégias coletivas de denúncia, fortalecimento e contraposição, fazendo uso criativo desse processo de marginalização para produzir um pensamento crítico capaz de refletir um ponto de vista específico em relação à sociedade e a si mesmas.

Além de se debruçarem sobre os estudos “clássicos” que norteiam a produção de conhecimento, especialmente no universo das ciências sociais e humanas, as pensadoras negras mantiveram e mantêm uma postura crítica em relação aos mesmos, propondo uma lupa analítica imprescindível para a redefinição teórico-metodológica em torno da realidade vivenciada pela comunidade negra. Em contraste ao que normalmente se é atribuído aos estudos étnico-raciais e de gênero (os quais são associados e/ou reduzidos às questões “identitárias”), os ativismos e a intelectualidade conferem às mulheres negras uma experiência que “faz com que a biografia pessoal e cultural dessas mulheres também se torne fonte significativa de conhecimento” (Collins, 2016, p. 123).

Dentre o escopo de produções das intelectuais negras em uma perspectiva norte-americana e sul global, observa-se um esforço teórico crítico importante a favor da releitura do pensamento clássico e hegemônico em relação à “História Oficial”, a formação sócio-histórica dos países colonizados e, especificamente, da situação das mulheres nesses contextos. É consensual na tradição feminista e negra que os estudos clássicos não dão conta de interpretar as experiências negras e indígenas na diáspora, sobretudo relacioná-las a relação de exploração estabelecida a partir do trinômio: capitalismo, racismo e sexismo.

Nesse sentido, se por um lado o feminismo negro norte americano obteve maior protagonismo histórico em razão da posição em que se situam os países da América do Norte em relação aos países da América do Sul (em que se pese a desigualdade produzida na relação capitalismo e imperialismo). Por outro, é possível observar que o feminismo negro brasileiro do século XX também inaugurou discussões fundamentais para o avançar das nossas perspectivas sobre gênero, raça e classe na realidade nacional, tendo como legado político-intelectual a antecipação do que veio a ser cunhado por Kimberly Crenshaw (2002) como “interseccionalidade”.

Contudo, como resultado do que o sociólogo peruano, Aníbal Quijano (2005), identificou como “colonialidade do poder e do saber”, a América Latina tornou-se vítima do apagamento dos saberes tradicionais e das produções científicas da população negra e indígena. Em acréscimo a isso, o Brasil revela ao longo da construção de sua identidade nacional a incorporação econômica, cultural, política e acadêmica do que foi nomeado pelos intelectuais das relações étnico-raciais como “mito da democracia racial” (Damatta, 1987), favorecendo o duplo e histórico processo de marginalização conferido ao pensamento e ao legado político-intelectual das mulheres negras.

No caso de Lélia Gonzalez (1935-1994) - primeira mulher negra a sair do país para divulgar a real situação da mulher negra brasileira, sendo parte de um “esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo Movimento Negro e feminista no processo de redemocratização do Brasil” (Ratts; Rios, 2010, p. 13) - nota-se um certo “esquecimento” de sua trajetória e produções científicas no campo das ciências sociais e humanas, os quais têm sido reivindicados, na atualidade, por “diversos movimentos antirracistas e feministas” (Rios; Lima; 2020, p. 15). A autora e também ativista, protagonizou uma história de compromisso com a emancipação humana pela via do enfrentamento às diferentes formas de opressão,

através das práxis política no “chão das lutas sociais” e da produção de conhecimento no âmbito acadêmico.

Sua emergência na cena intelectual nos anos que antecederam a redemocratização do Brasil, concatenou-se a história de resistência do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento de Mulheres Negras no período da Ditadura Civil Militar (Carneiro, 2014). Assim como, sua trajetória docente e política esteve diretamente interligada ao contexto de retomada dos movimentos sociais e populares durante o processo de abertura das vias democráticas, articulando-se a uma rede de intelectuais e ativistas negros (as), tais como: Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Januário Garcia, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Benedita da Silva, Nilma Lino Gomes, entre outros (as).

Suas principais obras, “*Racismo e Sexismo na cultura brasileira*” (1984), “*A categoria político-cultural da Amefricanidade*” (1988) e “*Por um feminismo afro-latino americano*” (1988)<sup>2</sup>, aglutinam reflexões centrais no conjunto de suas elaborações. Nelas, as categorias “racismo”, “sexismo” e “amefricanidade” foram utilizadas para interpelar a “História Oficial”, correspondendo a uma tentativa de reinterpretar a identidade nacional e sua formação sócio-histórica. De maneira geral, tais categorias atravessam diferentes análises elaboradas pela autora, as quais envolvem as dimensões da dominação capitalista, patriarcal e racial na particularidade das relações sociais à brasileira, sendo desveladas através da lente “interseccional”.

Atualmente, na esteira dessa discussão, o Serviço Social brasileiro - profissão inscrita na trama das relações entre as classes - têm assumido esforços em adensar o letramento racial na formação profissional a partir da contribuição dos (as) intelectuais negros (as) notadamente apagados do escopo teórico-metodológico construído no interior da profissão. Nota-se que nos últimos 10 anos houve uma mudança significativa nos quadros docentes, discentes e no perfil étnico-racial dos (as) assistentes sociais, reverberando também no âmbito da produção de conhecimento (Rocha, 2014). O rompimento com um determinado perfil profissional e o alinhamento teórico-metodológico dessa profissão a um projeto societário alternativo à ordem social vigente (capitalista, racista, patriarcal, LGBTQAPN+fôbica), implicaram também na revisão de antigos padrões utilizados para decifrar a realidade.

Tais modificações, assim como o próprio Projeto Ético Político (PEP), se situam em um terreno de tensões e disputas. Por esse motivo, a Dissertação de Mestrado intitulada: “*A trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra: Aportes para o aprofundamento do debate ético-racial no Serviço Social*” (Santos, 2022), trouxe visibilidade para contribuições pouco apreendidas na formação profissional, apresentando ferramentas analíticas que auxiliam no decifrar da formação social brasileira e da realidade atual. Soma-se também ao esforço antirracista de parte desta categoria profissional em superar os silenciamentos ante aos enlaces das opressões de gênero, raça e classe, oportunizando as obras e a trajetória de Lélia Gonzalez para qualificar discussões emergentes no universo acadêmico, como é o caso da “interseccionalidade”.

Para realização da pesquisa, o método de pesquisa qualitativa foi introduzido a partir do “método biográfico” (Elias, 1999), cujo o objetivo visa interligar indivíduo e sociedade, trajetórias individuais e coletivas, contribuindo para revelar como os sujeitos “universalizam através de suas vidas e de suas ações a época histórica em que vivem” (Goldenberg, 2004, p. 43). A revisão de literatura/pesquisa bibliográfica (Echer, 2001) se estabeleceu como um recurso primordial para: desenvolver o método biográfico; interligar as principais obras de

---

<sup>2</sup> Os anos mencionados (1984; 1988; 1988) datam a versão original dessas obras.

Lélia Gonzalez à esfera do pensamento político-social brasileiro, e encadear as contribuições da autora ao percurso de apreensão do debate étnico-racial na formação em Serviço Social.

A pesquisa valeu-se também de fontes como: depoimentos, entrevistas e produções autorais de Gonzalez, e também Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e biografias da autora. Além disso, foram utilizadas literaturas de referência no universo das ciências sociais em interface com as relações étnico-raciais, bem como, documentos, artigos científicos e produções teórico-críticas referenciadas no campo do Serviço Social brasileiro.

Os resultados que serão apresentados a seguir partem das elaborações desenvolvidas na pesquisa de Dissertação de Mestrado mencionada<sup>3</sup> e desdobram-se em contribuições qualitativas à formação em Serviço Social, uma vez que fomentam a incorporação de novas referências ao escopo teórico-metodológico da profissão, incluindo a ótica interseccional como elemento transversal às diferentes temáticas em torno da apreensão da totalidade social no contexto brasileiro. Além disso, a maturação do debate étnico racial no interior do Serviço Social a partir do legado intelectual de Lélia Gonzalez conflui com as inquietações postas pelo tempo presente - as quais buscam superar as lacunas desse debate, propondo também uma redefinição antirracista das perspectivas presentes na formação e na prática profissional.

Assim, na primeira sessão deste artigo será apresentado o “campo de possibilidades” (Velho, 1994) que influenciou na transição do anonimato de Lélia de Almeida à Lélia Gonzalez, com nome, sobrenome e renome. Tal qual a perspectiva do “tornar-se negro” (Santos, 1983) evidenciou-se que Lélia constituiu-se enquanto intelectual, ativista negra, expoente do Movimento Negro contemporâneo e do feminismo negro brasileiro a partir da processualidade de sua trajetória tendo como pano de fundo um contexto sócio-histórico específico.

Na segunda sessão, será aprofundada a análise de que este mesmo contexto exigiu a organização de respostas coletivas da juventude negra brasileira – da qual Gonzalez fez parte – paralelamente, os acontecimentos relativos à sua própria vida privada forneceram as possibilidades para que a mesma emergisse na cena política e intelectual entre 1975 à 1985. Através de suas interações com diferentes movimentos sociais no Brasil e na América Latina, articulações intensas com outros(as) intelectuais, participação ativa em diversos setores, Lélia Gonzalez caracterizou-se como “intelectual orgânica” obtendo desses diálogos transfronteiriços os recursos para a construção de um pensamento crítico, criativo e interseccional.

Portanto, este artigo objetiva inaugurar diálogos entre a formação em Serviço Social e o pensamento dessa autora, tendo como especificidade a perspectiva interseccional presente em suas elaborações. Busca-se ampliar a discussão étnico-racial no interior da profissão a partir da interface entre gênero, classe e sexualidade na trama das relações sociais brasileiras, possibilitando através disso a qualificação teórica e crítica das temáticas emergentes e em disputa no campo acadêmico, como é o caso da “interseccionalidade”.

## **Lélia Gonzalez com nome, sobrenome e renome: A trajetória em questão**

A reconstrução de trajetórias é um aspecto pelo qual as ciências sociais e humanas se debruçam ao longo da história, objetivando, por vezes, conectar a experiência individual de um sujeito com determinadas experiências coletivas, especialmente as vivenciadas em sociedade e em períodos sócio-históricos específicos. No contexto em que se aplica a

---

<sup>3</sup> Ver mais em: (Santos, 2022a).

pesquisa de Dissertação em questão, foi observada a importância em demarcar as experiências singulares da vida de Lélia de Almeida (1935-1994), sem desconectá-las de um pano de fundo coletivo e histórico fundamental para que essa figura pudesse se tornar “Lélia Gonzalez” (sobrenome acrescido posteriormente), na condição de expoente do Movimento Negro brasileiro e do Movimento de Mulheres Negras.

Além disso, a escolha ético-política em defendê-la enquanto intérprete do Brasil em uma perspectiva alternativa ao que se constituiu pelos ditos “cânones acadêmicos” como “História Oficial”, exigiu o esforço investigativo em relacionar sua emergência na cena acadêmica-intelectual ao contexto de efervescência do movimento reivindicatório negro e feminista da década de 1970. Nesse sentido, não seria possível reconstruir a trajetória pessoal, política, militante e intelectual de Lélia de Almeida Gonzalez, sem recuperar o histórico dos movimentos sociais mencionados acima e as respostas coletivas que precisaram ser construídas por diferentes atores na direção de um enfrentamento ao contexto anti-negro.

Mulher negra, nascida em 01 de fevereiro de 1935, na cidade de Belo Horizonte (MG), Lélia de Almeida, foi a penúltima filha de Acácio Joaquim de Almeida e de Urcinda de Almeida. Em sua infância nota-se uma criação que a possibilitou ser cuidada também por seus irmãos mais velhos, sendo inclusive tratada como “filha” por alguns deles. Oriunda de família trabalhadora, sua mãe - mulher analfabeta e de origem indígena - era empregada doméstica e, seu pai - homem negro -, desempenhava a função de ferroviário (ambos com vivências marcadas pelo recente fim do período colonial). Aos 7 anos de idade, sua família migra para o Rio de Janeiro e então se abrem outras rotas possíveis de serem trilhadas por uma mulher negra.

Sua trajetória individual, apesar de impactada por um contexto geral no qual toda sua família estava atravessada, foi intermediada pelo “campo de possibilidades” ao qual esteve exposta no curso de sua vida. A ideia de “campo de possibilidades” empregada nesta pesquisa, foi apresentada pelo antropólogo Gilberto Velho (1994, p. 40) como um aspecto imprescindível para análise de trajetórias e biografias enquanto expressões de um contexto sócio-histórico, “sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades”.

Sua trajetória fura o cerco ao qual historicamente mulheres negras, oriundas de famílias populares, se destinavam em meados da década de 1930. Apesar dos anos de migração de seus pais – antes e depois de seu nascimento – representarem um projeto coletivo de mobilização social e garantia da subsistência familiar, essa mesma experiência possibilitou outros rumos, percepções e projetos para a jornada da pequena Lélia. Aqui, recupero a ideia de “projeto” apresentada por Schutz (1971 apud Velho, 1994, p. 40), uma vez que seu significado se associa à “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, na qual o “campo de possibilidades” que se apresenta para cada indivíduo interfere como uma “dimensão sociocultural” – espaço para a formulação e implementação desses *projetos*” (grifos do autor).

Para compreender as determinações coletivas e individuais na história de vida de Lélia, baseio-me também nas pontuações de Norberth Elias (1999) cujo pressuposto central do método biográfico aprofundado por ele objetivou relacionar indivíduo e sociedade. Segundo o autor (idem p. 13), “para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que ele deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações”.

Entretanto, tais anseios primordiais ou *projetos* – como definido por Velho (1994), não se desenvolvem, quiçá se realizam de maneira isolada. Eles também não se definem antes das experiências concretas, haja vista que “desde os primeiros anos de vida, os desejos vão

evoluindo, através do convívio com outras pessoas; e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida” (ibidem).

Nestes termos, uma trajetória individual se apresenta como um microprocesso dentro das estruturas sociais. Razão pela qual o quadro social e o contexto no qual Lélia de Almeida estava inserida foram inteiramente influentes em sua construção como intelectual e figura pública, ainda que se definindo de forma particular, mediante as suas escolhas individuais. Na visão de Norbert Elias (1999, p. 18), para relacionar os aspectos de ordem macrossocial a uma determinada trajetória individual “é preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo”, fato que não configura tal estudo como “narrativa histórica”, mas como a “elaboração de um modelo teórico verificável de confirmação que uma pessoa formava, em sua interdependência com outras figuras sociais de sua época” (ibidem).

É importante ressaltar que o desenvolvimento do método biográfico nesta pesquisa partiu fundamentalmente da relação estabelecida por Lélia Gonzalez com o contexto macrossocial no qual esteve inserida, justamente porque, como apontado pelos biógrafos Alex Ratts e Flávia Rios (2010, p. 15), a trajetória de Lélia, até os 40 anos, “ainda não indicava claramente a militante, feminista, figura pública nacional e internacional que ela se tornaria”.

Além disso, tal aprofundamento evita o risco em desassociar a intelectual da mulher negra, considerados também os atravessamentos concretos que se expressam a partir dessa condição – os quais foram definidos também por sua singularidade, desejos, projetos e contradições. Assim, torna-se possível escapar também de reproduzir os equívocos de algumas análises que se pretendem biográficas, porém, “costumam retratar certas personalidades como pessoas desde muito cedo predestinadas a ser o que se tornaram” (ibidem).

Deste modo, a construção da trajetória de Lélia Gonzalez inscreveu-se em um contexto multifacetado que possibilitou a sustentação de um projeto de vida, a partir do campo de possibilidades que lhe foi apresentado ao longo dos anos. Sua ida para o Rio de Janeiro, ainda na infância, abriu janelas para que seus desejos fossem tomando forma, à medida em que ela foi se constituindo como uma mulher negra, intelectual e ativista.

Na observação de Alex Ratts e Flávia Rios (2010, p. 23), “o deslocamento social e espacial parece ser uma dimensão muito importante na trajetória de intelectuais negros oriundos das classes populares”, como notado na experiência de vida da pequena Lélia. Cabe destacar também que naquele período seus familiares jovens e adultos “viviam longe de qualquer círculo de associativismo e ativismo sindical, feminista ou negro” (ibidem) – elemento fundamental na indicação de que o desenvolvimento de sua consciência racial e aproximação com o campo progressista se deram de forma inteiramente processual.

A adolescência de Lélia de Almeida foi marcada pela dedicação intensa aos estudos, sustentada pelo desejo em não se tornar empregada doméstica (ocupação que definiu a trajetória de muitas mulheres negras entre as décadas de 1950 a 1960). Com isso, concluiu o “ginásio” em 1954, no Colégio Pedro II - tradicional Instituição de Ensino Público Federal da cidade do Rio de Janeiro, onde pôde se interessar pelo campo da filosofia e da geografia (disciplinas que futuramente compuseram as áreas de sua formação no Ensino Superior).

Em seus anos de formação, Lélia se deparou com barreiras e contradições estritamente relacionadas a sua condição racial, de gênero e classe, e também considerou que a única saída encontrada para superar esses entraves, foi tornando-se a primeira aluna da sala. “É aquela história... “ela é pretinha, mas é inteligente” (Gonzalez, 2018a, p. 289). Nesse período, o processo de internalização do branqueamento tornou-se ainda mais latente. Ao se

deslocar cada vez mais do “lugar natural” destinado às mulheres negras, ela também precisou fazer concessões a alguns paradigmas de sua época buscando “se enquadrar” ao que era permitido à uma intelectual negra em formação.

Seu crescimento intelectual ganhava proporções inimagináveis para mulheres negras de sua mesma origem, principalmente porque nesta época ela passou a investir na sua formação acadêmica. Cabe frisar que durante os anos de 1940 e 1950, os brancos representavam 63,5% da população total no Brasil e detinham 97% dos diplomas universitários (Hasenbalg, 2005, apud Ratts; Rios, 2010, p. 41). No destaque dado por Ratts e Rios (ibidem), “a sociedade da época não estimulava as mulheres a cursar o ensino superior. Fazia o mesmo com as pessoas negras, mais ainda com as mulheres negras”.

Lélia de Almeida graduou-se em História e Geografia, em 1962, pela antiga Universidade do Estado de Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Desde então começou a atuar como professora em universidades como a Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Gama Filho (UGF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em colégios da cidade, além de atuar como tradutora. Em 1964, casou-se com seu primeiro companheiro, o espanhol Luiz Carlos Gonzalez – do qual adotou o sobrenome “Gonzalez”.

A substituição definitiva do sobrenome Almeida (após o falecimento de seu companheiro, em 1972), abriu também os caminhos para que Lélia Gonzalez se tornasse uma figura pública com nome, sobrenome e renome. Aos 37 anos ela iniciava seu processo de insurgência na cena política e acadêmica, de modo que aquela menina tímida, “a pretinha legal, a lady”, saía de cena para dar espaço à intelectual e ativista que marcaria significativamente os rumos dos Movimentos Negros e do Feminismo Negro contemporâneo (Ratts; Rios, 2010).

## **Uma intelectual negra em movimento: A construção de um pensamento crítico e interseccional**

Na passagem da década de 1960 à 1970, a trama da vida de Lélia Gonzalez se modifica, acompanhando também as transformações do cenário brasileiro. Na vida pública e privada, marcos importantes foram definidos nos anos seguintes dando início a um período intenso de imersão político-intelectual. Sua trajetória a partir das alianças, do contexto sociopolítico e das movimentações transfronteiriças estabelecidas à época foi definida de forma singular, reverberando significativamente na construção e maturação de seu legado intelectual.

Em razão do apagamento da memória dos intelectuais negros, sobretudo das mulheres, poucas vezes se é mencionado na formação em Serviço Social, sobre o papel das mulheres negras no contexto da luta política e da produção acadêmica no período de maior efervescência dos movimentos sociais e populares no Brasil (1975-1988). Tal inquietação fez com que a pesquisa de Dissertação na qual se baseia este artigo (Santos, 2022a) buscasse responder as lacunas desse silenciamento, situando Lélia Gonzalez como sujeita fundamental no processo de redefinição dos rumos da produção de conhecimento crítico no país, sendo ela parte de um esforço coletivo de contrapor a “narrativa oficial” sobre a população negra, além de incluir um direcionamento político a tais formulações.

À medida em que a ebulição dos movimentos sociais influenciava suas análises e ativismo político, da mesma maneira, suas contribuições passaram a influenciar os rumos

futuros dos mesmos. É indispensável tomar nota que o contexto social, econômico e político que se desenvolveu no período ditatorial, bem como as respostas coletivas organizadas ante ao racismo e à repressão, constituíram e maturaram a trajetória de uma militante histórica para a consolidação do MNU – Movimento Negro Unificado (1978).

Neste período, iniciou a prática de debates de filosofia e política em sua casa, juntamente com outros estudantes e militantes. De acordo com Raquel Barreto (2005, p. 5) “as reuniões, por mais inocentes que parecessem ser, representavam certo perigo” ao ordenamento ditatorial. Foi nessa ocasião, mais precisamente em 1972, que seu nome apareceu pela primeira vez no Departamento de Ordem Política Social (DOPS)<sup>4</sup>, em razão de uma averiguação sobre seu suposto envolvimento no “recrutamento de adeptos à doutrina marxista” (idem, p. 25).

Reatualizadas as dinâmicas coloniais no desenvolvimento do capitalismo dependente e no modo de operar das Instituições brasileiras, a realidade da população negra durante a Ditadura Militar combinava a desigualdade econômica com a repressão policial. Contudo, mesmo diante da violência e da censura, “foram os estudantes quem deram o alerta geral em termos de movimentos e conquistas populares”, favorecendo a ampliação do “dever democrático” para outros grupos e setores da sociedade civil (Gonzalez, 2018b, p. 147).

Deste modo, o enfrentamento ao autoritarismo e ao racismo passou a caracterizar os processos de luta e resistência dos intelectuais, militantes, estudantes, artistas, trabalhadores e entidades negras que resistiram ao longo do período ditatorial. Apesar do processo de desmobilização sofrida pelos intelectuais negros<sup>5</sup> e da heterogeneidade expressa no interior desses grupos, eles não abriram mão de apontar para aquilo que os diferenciava de todos os outros (em termos individuais e de movimento), sua especificidade: o significativo negro.

É desse chão de efervescência política que saltam as experiências coletivas na trajetória de Lélia Gonzalez, sendo igualmente fundamentais para a elaboração de um pensamento crítico e interseccional sobre a realidade brasileira. O movimento contestador do qual pertencia contava com outras importantes lideranças negras como: Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Abdias do Nascimento, Thereza Santos, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Benedita da Silva, entre outros (as). Não à toa, seu legado intelectual expressa as discussões emergentes entre as figuras mencionadas assim como a construção do próprio projeto político do Movimento Negro Unificado (MNU).

Os anseios dessa militância negra (concentrada principalmente nos eixos: Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador), direcionavam-se à denúncia da violência racial, pela reivindicação do protagonismo político e pela representatividade negra nos espaços de decisão e no campo acadêmico. Lélia Gonzalez (2018b, p. 126) também destacou que no ano de 1976, “as discussões se dariam em torno de uma questão fundamental: a criação de um movimento negro de caráter nacional”. À vista disso, com estreitamento dos laços entre os militantes das entidades cariocas e paulistas, o empenho pela construção coletiva de uma luta comum consolidou as bases para o marco histórico da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978.

O artigo intitulado “*Lembrando Lélia Gonzalez?*”, escrito pela intelectual Luiza Bairros

---

<sup>4</sup> O DOPS foi um órgão histórico de repressão aos movimentos sociais e populares durante a Ditadura Militar no Brasil, tendo como principal alvo os militantes de partidos de esquerda, em sua maioria estudantes. A ordem de combate à “ameaça comunista” dada pelo Estado, era o direcionamento central dos atos de repressão.

<sup>5</sup> Na visão de Lélia Gonzalez, o autoexílio de Abdias do Nascimento (1968-1981) - “uma das figuras mais representativas, senão a mais, de todo um trabalho desenvolvido na fase anterior” - confirma o processo de desmobilização sofrido por importantes lideranças negras brasileiras, assim como a situação de “semiclandestinidadade” vivenciada diante do isolamento de outros movimentos sociais politicamente identificados como “clandestinos”.

(1999), recuperou a participação fundamental de Gonzalez no MNU. Para essa autora, quando a maioria dos militantes ainda não tinham uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, “Lélia era quem servia de porta-voz” (idem, p. 19) contra o sexismo que ameaçava subordinar sua participação e de suas companheiras negras no interior do Movimento Negro Unificado. Reivindicava, além disso, o enfrentamento ao racismo que de modo similar as impediam de se inserirem plenamente no movimento de mulheres, junto das companheiras brancas.

Bairros (1999) destacou também que parte da singularidade de Lélia Gonzalez para o conjunto dos movimentos sociais dos quais se incluía deveu-se à sua participação primeira no MNU, justamente por essa ser uma entidade de caráter nacional que a colocou em contato direto com mulheres e homens negros de vários estados do país e, por isso, “servia de moldura perfeita para uma retórica mais radical” (ibidem). Com isso, ressaltou que os períodos entre 1974 à 1988 se configuraram como os anos mais intensos na trajetória de Lélia, sendo diretamente marcados por sua atuação no movimento que ajudava a criar (MNU)<sup>6</sup>.

Nos movimentos feministas, Lélia Gonzalez esteve engajada como o NZINGA-Coletivo de Mulheres Negras (RJ), atuou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (sendo uma das primeiras conselheiras) e participou do “Taller de Mujeres de las Americas” e no “Mujeres por un Desarrollo Alternativo/MUDAR” (duas organizações de mulheres do terceiro mundo), assim como esteve também nas Conferências Internacionais da Mulher, no México (1975) e em Nairóbi (1985). Tais articulações influenciaram a forma como Lélia Gonzalez se comunicava com os movimentos sociais e com os territórios nos quais promoveu também uma prática política e intelectual fundamentalmente articulada à realidade dessas mulheres.

Em função dessas experiências, Lélia Gonzalez constituiu-se enquanto “intelectual orgânica” – característica que se atribui em razão da multiplicidade de lugares ocupados por ela e das interlocuções interdisciplinares entre os saberes populares e acadêmicos, através dos quais pôde traçar um diagnóstico crítico em relação à realidade brasileira e latino-americana sendo também propositiva diante disso. Ademais, fazer menção à Lélia como “intelectual orgânica” define-se enquanto uma escolha política de reparação, buscando contrapor o discurso oficial que legitima um(a) “intelectual” considerando apenas os atributos de suas formações acadêmicas, privilegiando, em sua maioria, homens brancos.

Posto isto, defendê-la nesta posição parte do reconhecimento de que sua construção intelectual também perpassou por caminhos não convencionais, como por exemplo: sua origem e trajetória, sua participação direta no “chão das lutas sociais”, interlocuções com intelectuais renomados e sujeitos(as) anônimos(as), assim como, as interações com os movimentos culturais e populares (terreiros de candomblé, escolas de samba, centros de cultura negra, “bailes blacks”, entre outros). Tais movimentações cristalizam-se no legado intelectual da autora a partir, principalmente, de uma tentativa epistêmica de aproximação entre o universo acadêmico e a prática cotidiana.

No que tange às epistemologias, Lélia Gonzalez somou-se ao esforço coletivo de reinterpretação da identidade nacional e do capitalismo dependente brasileiro, a partir dos aspectos constitutivos de sua formação sócio-histórica. Ela incluiu em suas perspectivas uma

---

<sup>6</sup> Em especial, do que ela mais gostava de se orgulhar era de ter catalisado os anseios de uma parcela da juventude negra de Salvador, a partir de um ciclo de palestras realizado em 1978, no qual vários militantes que já discutiam a questão do racismo construíram o Grupo Nagô, núcleo a partir do qual surgiu o MNU-Bahia.

análise crítica não-eurocentrada que contemplou a população negra e indígena e, especialmente, as mulheres<sup>7</sup>.

É importante sublinhar que o campo das ciências sociais e humanas expressava disputas de narrativas em relação à questão étnico-racial na “História Oficial” do Brasil. Os intelectuais antecessores e os contemporâneos de Lélia Gonzalez desempenharam um papel fundamental na redefinição da tônica sobre a população negra brasileira, em especial, seus companheiros de luta, Abdias do Nascimento e o sociólogo argentino, Carlos Hasenbalg<sup>8</sup>. Este último, com quem Gonzalez publicou seu primeiro livro, “*Lugar de Negro*”, em 1982.

Não por acaso, a autora estabeleceu uma parceria com Carlos Hasenbalg pois “ambos faziam parte de uma intelectualidade que buscava outras perspectivas de análise para os estudos sobre o negro na sociedade brasileira” (Carneiro, 2014, p. 63). A emergência dessas produções situava-se em um momento de revisão crítica da historiografia sobre o tema, possibilitando que ela acompanhasse de primeira mão a “produção pioneira dos estudos sobre desigualdades raciais utilizando dados estatísticos” (Rios; Lima, 2020, p. 20). Por este motivo, as inquietações sobre a situação econômica da população negra ganharam maior relevância nos textos de Lélia, atentando-se, principalmente, para um diagnóstico crítico em relação às mulheres negras.

Seu duplo pertencimento no Movimento Negro Unificado (MNU) e no Movimento de Mulheres, trouxe para as suas análises a articulação imprescindível das categorias gênero, raça e classe. No artigo “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”, original de 1984, Lélia Gonzalez posicionou-se radicalmente contra a ideologia da “democracia racial”, retificando que “como todo mito o da “democracia racial” oculta algo para além daquilo que mostra” (Gonzalez, 2018c, p. 196). Assim, se contrapôs o “discurso oficial” elaborado pelos ditos “cânones acadêmicos” acerca da formação social do Brasil, desvelando as contradições do “mito” a partir da realidade econômica, social e cultural do país.

Além de analisar a condição e o lugar do negro na sociedade brasileira, Lélia a fez a partir de uma perspectiva que incluiu o gênero. O racismo e o sexismo foram aspectos centrais em suas discussões, compreendidos enquanto fenômenos enraizados pela herança colonial e pela violência patriarcal na estrutura das relações sociais à brasileira – o que por sua vez situou as mulheres negras em um contexto de tripla subordinação (racismo, capitalismo e patriarcado).

Nos aspectos político-culturais, a autora atentou para as diferentes formas de rejeição e interação da mulher negra na sociabilidade nacional, qualificando-os como um processo atravessado por violências simbólicas, as quais o discurso dominante e a “História Oficial” insistiram em reafirmar. A relação entre “mucama” e “mãe-preta”, são exemplos abordados por ela para descrever a maneira como a assimilação cultural em torno do que é “ser mulher negra”, transita entre “objeto de exportação cultural” (a partir da lógica colonial objetificante) e “sustentáculo das famílias brancas” (em razão da relação estabelecida entre as mulheres escravizadas e os senhores da Casa Grande).

---

<sup>7</sup> O conceito de “amefricanidade” evidencia tal esforço (Gonzalez, 2020). A partir desta elaboração conceitual a autora tornou visível em sua contra-narrativa à “História Oficial”, a construção diaspórica de uma identidade “ameficana” – forjada a partir do encontro e do contexto de luta por libertação e resistências protagonizada por descendentes de etnias africanas, indígenas e pelas mulheres.

<sup>8</sup> Lélia Gonzalez contou sobre o contexto que antecedeu e procedeu a criação do MNU, ressaltando a importância de estudiosos como Carlos Hasenbalg para sustentar as ações do Movimento Negro e contribuir para o avanço dos estudos das relações raciais no país. A chegada deste sociólogo ao Brasil e o desenvolvimento de suas pesquisas sobre raça, tornou possível seu convívio direto com os ativistas e intelectuais negros cariocas, ajudando significativamente na consolidação do Movimento Negro contemporâneo (Gonzalez, 2018b).

Em termos econômicos, Lélia Gonzalez se debruçou sobre as particularidades do capitalismo dependente brasileiro incluindo o racismo e o sexismo como componentes fundantes de seu desenvolvimento e reprodução. A intelectual constatou a “divisão sexual e racial do trabalho” como um modo característico pelo qual a engrenagem do capitalismo à brasileira orquestra as desigualdades entre as classes sociais, mantendo em seu interior uma espécie de estratificação racializada e generificada.

Nesta relação, as mulheres negras vivenciam a condição do “não lugar” sendo vitimadas pelo intercruzo das opressões de gênero, raça e classe, às quais se expressam através da superexploração da força de trabalho feminina e negra e da negação da cidadania. Em diálogos com as contribuições de Heleieth Saffioti, a autora auferiu o quanto a existência do “estereótipo da doméstica” relegou à mulher negra um “lugar comum” no interior da classe trabalhadora, em especial, no desempenho de atividades nas quais não são vistas (Saffioti, 1976 apud Gonzalez, 2018c).

Lélia Gonzalez problematizou a apropriação do estereótipo da “doméstica” no imaginário social brasileiro em relação às mulheres negras, no entanto, enfatizou também que tal apreensão corresponde ao lugar majoritariamente ocupado por essas mesmas mulheres nos postos de trabalho com pior remuneração e menores garantias sociais. Em sua análise, ao contrário da “exaltação” colonial que ocorre na figura da “mucama” (à exemplo do carnaval), a mulher negra considerada “doméstica” é vista como “o burro de carga que carrega a sua família e dos outros nas costas, daí ela ser o oposto da exaltação; porque está no cotidiano” (idem, p. 198- 199).

Sobre elas recai um peso ainda maior causado pelo imbricamento do racismo, do sexismo e do capitalismo, justamente porque se tratam de mulheres anônimas, em sua maioria, moradoras de favela ou das “baixadas da vida”, como Gonzalez popularmente falava. São mulheres negras com baixa escolaridade que trabalham na base da prestação de serviços, tornam-se as principais responsáveis pela chefia domiciliar e experienciam a violência do Estado contra seus territórios, companheiros, irmãos e filhos. Estes são objetos da perseguição policial sistemática e do desamparo público em termos de segurança, moradia, saúde, emprego, educação, cultura e lazer.

Com essas reflexões, Lélia Gonzalez pôde situar o gênero e raça no cerne das relações sociais e econômicas no Brasil, afirmando que a divisão sexual e racial do trabalho se mantém inteiramente útil para a exploração capitalista e para a dominação racista e patriarcal. Cabe destacar que a autora estava atenta aos dados produzidos à época, como o caso dos Censos do IBGE, podendo interligar os aspectos teórico-críticos de suas produções acadêmicas à realidade da classe trabalhadora brasileira. Tal percepção difere as obras de Gonzalez de outros intelectuais do campo progressista, justamente pela “centralidade do racismo e das relações de gênero, analisadas por ela de maneira integrada na conformação desse capitalismo”, como destaca Araújo (2020)<sup>9</sup>.

Nesta mesma direção, sua análise precursora no Brasil se encontra com o pensamento da marxista e intelectual negra estadunidense, Ângela Davis, o qual deu origem ao livro “*Mulheres, raça e classe*” (2016) – referência da maior importância na tradição do pensamento feminista negro. Davis (2016, p. 17) ao analisar as formas como o capital se apropria da lógica colonial para manter seus modos particulares de exploração em relação às mulheres negras, evidencia que “o ponto de partida de qualquer exploração da vida de mulheres negras na

---

<sup>9</sup> Ver mais em <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/> Acesso em julho de 2024.

escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras”. Na perspectiva da autora, a condição de trabalho escravo ao qual às mulheres negras foram submetidas durante o período colonial deve ser o pressuposto central para qualquer análise que busque investigar os efeitos da exploração na reprodução da vida dessas mulheres na contemporaneidade, justamente porque elas “tinham todos os outros aspectos de suas vidas ofuscados pelo trabalho compulsório” (ibidem).

Sendo assim, a abordagem apresentada por Lélia Gonzalez, em 1984, cuja articulação de gênero, raça e classe apareceu com centralidade, antecipou a “perspectiva interseccional” consolidada pelo feminismo negro contemporâneo, fazendo com que as reflexões sobre as mulheres negras passassem a ter maior densidade e representatividade no Sul Global e, por consequência, deslocando “o debate exclusivamente marcado pela produção desenvolvida pelas feministas negras estadunidenses” (Rios; Lima; 2020, p. 16). No campo das ciências sociais no Brasil, a intelectual apresentou uma contra-narrativa que perpassava pela desnaturalização das contradições internas presentes na “História Oficial”, buscando investigar como situavam-se as questões raciais e de gênero nesse discurso. Por esse motivo, suas contribuições também possuem um caráter interpretativo em relação ao passado e à realidade nacional.

Apesar da atualidade do debate “interseccional” na cena acadêmica e de uma associação “quase automática” ao pioneirismo das intelectuais e feminista norte-americanas na tematização da relação entre gênero, raça e classe, a visibilidade dada ao pensamento de Lélia Gonzalez permite com que nos encontremos com a realocação das nossas perspectivas teórico-críticas voltadas para a realidade brasileira, valorizando a produção de mulheres negras notadamente apagadas no âmbito da formação acadêmica. Na análise de Lélia vemos uma compreensão interseccional que não se limita aos estudos feministas, mas a partir do ponto de vista elaborado pelas intelectuais negras visa agregar recursos para investigar a realidade brasileira e apresentar ferramentas para transformá-la considerando suas particularidades históricas.

Como foi possível observar, suas obras versam sobre a formação sócio-histórica do Brasil, o capitalismo dependente, a constituição da identidade nacional, o modo como operam as Instituições Sociais, a relação do Estado com classes sociais e os arranjos políticos e culturais tecidos em determinados períodos da história do país, sem perder de vista a interface entre capitalismo, racismo e patriarcado. Lélia Gonzalez foi uma das primeiras mulheres negras brasileiras a contribuir com o campo progressista através de uma lupa de análise marxista, crítica e interseccional (Ratts; Rios, 2010)

Embora Crenshaw (2002) tenha categorizado a “interseccionalidade” como tal, havia uma preocupação com as questões de gênero, raça e classe no pensamento de outras intelectuais negras (tanto no contexto norte-americano quanto brasileiro) anterior a definição do termo, inclusive, tal problemática constituiu a própria tradição do feminismo negro em suas demandas, lutas e resistências políticas. Gonzalez nos dá pistas que as intelectuais negras nas esferas acadêmicas contemporâneas reclamam acerca de suas condições específicas trazendo consigo as “marcas da libertação de todos e todas” (Gonzalez, 2020).

## **Considerações finais**

O documento “*Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social*” (2018), organizado pela comitativa nacional da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

em Serviço Social), durante a gestão “Quem é de luta resiste” (2017-2018), constitui-se como uma referência de extrema importância no interior da categoria profissional nos últimos anos. Nele consta a defesa pela obrigatoriedade de conteúdos sobre a questão étnico-racial no currículo acadêmico, assim como o incentivo às novas pesquisas e tendências do debate que visem superar a lacuna existente em torno da referida questão no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Além disso, aponta também para a necessidade de incorporação da vasta contribuição dos pensadores negros(as), como também a devida visibilidade de suas trajetórias – em sua maioria inexistentes nas referências bibliográficas das disciplinas. Passados alguns anos de sua publicação é possível observar que novas produções veem sendo elaboradas na direção da apreensão do debate étnico-racial e suas interfaces, abrindo possibilidade para a qualificação profissional em uma perspectiva crítica e antirracista.

Apesar do notório avanço, o Serviço Social brasileiro ainda enfrenta alguns desafios no caminho da efetiva incorporação da questão. O próprio documento sinaliza que tais discussões ainda se encontram em disputa no campo acadêmico, ou aparecem de forma secundarizada em relação debates ditos “centrais”, o que por sua vez passa a exigir a ampliação dos aportes teórico-metodológicos que subsidiem o letramento racial de maneira transversal aos diferentes eixos da formação profissional (ABEPSS, 2018).

Outro entrave observado relaciona-se com a utilização predominante das contribuições de intelectuais negros do gênero masculino ou referências negras norte-americanas, respectivamente, nas temáticas: “formação social brasileira” e “interseccionalidade”. Diante disso, este artigo demonstrou que a trajetória de Lélia Gonzalez, bem como, a elaboração de seu pensamento crítico e interseccional convergem em aportes qualitativos à formação em Serviço Social.

As reflexões apresentadas neste artigo evidenciam que as categorias-chave presentes no pensamento da autora, tais como: “racismo”, “sexismo” e a “divisão sexual e racial do trabalho”, constituem o pioneirismo feminista, negro e brasileiro no que compreendemos atualmente como “interseccionalidade”, apresentando uma lupa de análise investigativa e interventiva na direção da transformação social. Tal abordagem agrega recursos teórico-práticos alternativos aos de caráter eurocêntrico, considerando os aspectos estruturais presentes na formação do capitalismo dependente brasileiro e auxiliando na investigação crítica em torno da dimensão da totalidade social.

Portanto, visou-se oportunizar a trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra indispensável à formação em Serviço Social. Com isso, compreende-se que a incorporação das categorias-chave presentes no pensamento de Lélia Gonzalez abarca um terreno fértil para novos diálogos entre os eixos orientadores das Diretrizes Curriculares (1996), com perspectivas que promovem o alargamento das nossas análises e intervenções em uma direção antirracista (Santos, 2022b). O artigo em questão não possui a pretensão de esgotar a temática ou o próprio pensamento da autora, ao contrário disso, se propõe a contribuir para emergência de novas inquietações no campo.

## Referências

ABEPSS. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória: ABEPSS, dez. 2018.

ARAÚJO, Barbara. Lélia Gonzalez, intérprete do capitalismo brasileiro. **Jacobin Brasil**, [S. l.], p. 1, 13 set. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/>. Acesso em: jul. 2024.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. **Afro-Ásia**, n. 23, 1999.

BARRETO, Raquel. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça**: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. 2005. 128 p. Dissertação de Mestrado (História social da cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2005.

CARNEIRO, Sueli, CEVA, Anthonio; CORREA, Paulo; SCHUMAHER **Lélia Gonzalez**: o feminismo negro no palco da história. Schuma (ed.). Brasília: ABravídeo, 2014.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. I, jan/abril, 2016.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, 1 semestre, 2002.

DAMATTA, Roberto. Digressão: A fábula das Três Raças ou o Problema do Racismo à brasileira. In: DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, 1987.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

ECHER, Isabel. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 22, jul. pp. 5-20, 2001.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Zahar, 1999.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 2004.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 127-138, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Entrevista para O Pasquim. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. pp. 283-294, 2018a.

GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. **Estudos Feministas**, p. 383-386, 1994. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16220/14767> Acesso em: jul. 2024.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. p. 142-179, 2018b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana, pp. 190-214, 2018c.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, v. 233, 2005.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo negro, 2010. ISBN 978-85-87478-42-9.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. pp. 9-21, 2020.

ROCHA, Roseli. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social: avanços e desafios**. 211f., 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014.

SANTOS, Neusa. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SANTOS, Thamires. **A trajetória e o pensamento de uma intelectual e militante negra: aportes para o aprofundamento do debate étnico-racial no Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez**. Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022a.

SANTOS, Thamires. Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em Serviço Social a partir de Lélia Gonzalez. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 25, n. 2, pp. 232- 241, maio-ago, 2022b.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Zahar, 1994.